

ISAAK RUBIN E SEUS CRÍTICOS NOS DEBATES ECONÔMICOS SOVIÉTICOS DOS ANOS 1920¹

ISAAK RUBIN AND HIS CRITICS IN THE SOVIET ECONOMIC DEBATES OF THE 1920S

Rafael de Almeida Padial

Professor substituto no Departamento de Filosofia e Métodos da Universidade
Federal de São João del-Rei. Doutor em Filosofia pela UNICAMP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5943-5613>

E-mail: rfpadial@gmail.com

RESUMO:

O artigo analisa os debates soviéticos da segunda metade dos anos 1920 em torno dos *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx*, de Isaak Rubin, com especial atenção às controvérsias acerca do conceito de trabalho abstrato. A partir da recente publicação integral, em inglês, dos *Ensaio* de Rubin – incluindo a inédita “Resposta aos críticos” –, reconstrói-se a crítica formulada por Isaak Dashkóvski, S. Shabs e Aleksander Cohn. Argumenta-se que, apesar de suas diferenças, os três autores buscaram preservar uma compreensão trans-histórica ou fisiológica do trabalho abstrato, apoiando-se sobretudo em passagens da “Introdução” de 1857 de Marx. Dashkóvski concebeu o trabalho abstrato como indiferença frente ao conteúdo determinado do trabalho; Shabs, como expressão histórica de uma essência humana trans-histórica; e Cohn, como abstração lógica do pensamento, distinta de sua realização social na troca. Em contraste, Rubin sustentou que o trabalho abstrato é uma categoria especificamente social da produção mercantil capitalista, constituída por meio da equiparação dos produtos do trabalho no mercado. O artigo mostra como esse debate expressava divergências mais amplas sobre a relação entre produção e circulação, bem como sobre o papel das formas sociais na crítica da economia política.

PALAVRAS-CHAVE: Isaak Rubin. Trabalho abstrato. Teoria do valor. Crítica da economia política. Debates econômicos soviéticos.

ABSTRACT:

This article examines the Soviet debates of the second half of the 1920s surrounding Isaak Rubin’s *Essays on Marx’s Theory of Value*, with particular attention to the controversies concerning the concept of abstract labor. Drawing on the recent complete English publication of Rubin’s *Essays* – including the previously unavailable “Reply to Critics” –, the article reconstructs the criticisms advanced by Isaak Dashkovsky, S. Shabs, and Aleksander Cohn. It argues that, despite their differences, all three authors sought to preserve a transhistorical or physiological conception of abstract labor, relying primarily on passages from Marx’s 1857 “Introduction”. Dashkovsky understood abstract labor as indifference toward particular forms of labor; Shabs conceived it as the historical expression of a transhistorical human essence; and Cohn interpreted it as a logical abstraction of thought, distinct from its social realization through exchange. In contrast, Rubin maintained that abstract labor is a specifically social category of capitalist commodity production, constituted through the equalization of the products of labor in the market. The article shows how this debate reflected broader disagreements concerning the relationship between production and circulation, as well as the role of social forms in the critique of political economy.

KEY-WORDS: Isaak Rubin. Abstract labor. Theory of value. Critique of political economy. Soviet economic debates.

¹ O texto abaixo, com leves modificações, corresponde à versão apresentada em 8 de novembro de 2025 na 22ª Conferência Anual Historical Materialism, em Londres.

INTRODUÇÃO

Na União Soviética de meados dos anos 1920, particularmente no curto período entre a Nova Política Econômica (1921) e o Primeiro Plano Quinquenal (1928), estabeleceu-se um rico debate econômico sobre a teoria de Marx. Com destaque, foram confrontadas interpretações sobre a teoria do valor e o objeto da economia política². Nesses debates tiveram destaque especial Isaak Rubin e sua obra *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx*. O autor era então o maior especialista na crítica da economia política na jovem república soviética e fora indicado por D. Riázanov – então diretor do Instituto Marx-Engels (IME) – para chefiar o departamento responsável pela publicação de *O Capital* e seus textos relacionados na primeira versão das *Obras Completas de Marx e Engels* [*Marx-Engels-Gesamtausgabe*, MEGA]. Com a ascensão do grupo de Stálin, a coletivização forçada e o primeiro plano quinquenal, no final dos anos 1920 e virada para 1930, a interpretação de Rubin foi condenada publicamente e os debates em torno de sua obra foram proibidos.

A obra de Rubin ficou praticamente perdida e desconhecida até o início dos anos 1970, quando o seu principal livro ganhou uma edição em inglês e foi amplamente debatido no chamado Ocidente³. Desde então, a sua interpretação é considerada uma das mais instigantes entre especialistas na crítica da economia política. No entanto, tal edição ocidental não continha o importante adendo “resposta aos críticos”, que consta da terceira (1928) e quarta (1930) edições russas. Para se ter noção da importância desse adendo, notemos apenas que, na quarta edição russa, ele ocupa mais de 130, das 376 páginas – ou seja, pouco mais de $\frac{1}{3}$ do livro original. Nosso artigo visa a reconstruir aspectos desses debates, a partir das posições de alguns críticos de Rubin (particularmente, Isaak Dashkóvski, S. Shabs e Aleksander Cohn) e das respostas contidas no “adendo”. Assim, não nos alongaremos sobre *todos* os elementos apresentados pelos críticos e respondidos por Rubin. Nosso foco serão, principalmente, os debates sobre o conceito de trabalho abstrato⁴. Infelizmente, também não trataremos aqui, por falta de espaço, da crítica de S. Bessonov a Rubin, nem da resposta deste àquele.

A elaboração deste texto seria impossível sem a nova edição inglesa dos *Ensaio*, traduzida e editada por Susumu Takenaga e publicada pela editora Brill em 2025, na série de livros *Historical Materialism*. Além da importância geral da nova publicação (que apresenta as variações entre as edições

² O debate sobre o “objeto” da economia política possuía dois aspectos: 1) saber se tal objeto era apenas o modo de produção capitalista (e, assim, a economia política desapareceria com a sociedade capitalista); 2) saber se tal objeto eram as forças produtivas ou as relações de produção. Rubin interveio mais no segundo debate, dando relevo à noção de *crítica* da economia política e sustentando que o seu objeto eram as *relações de produção*, não as forças produtivas capitalistas.

³ Sobre a recuperação da obra de Rubin, ver Padial, 2026.

⁴ Especificamente quanto ao debate entre Isaak Rubin e Isaak Dashkóvski, ver maiores detalhes em Padial; Melo, 2026.

da obra de Rubin), nela foi publicado pela primeira vez – fora da língua original russa – o conjunto do referido adendo (bem como um pequeno registro sobre a “terminologia de Marx”)⁵.

A CONCEPÇÃO DE RUBIN SOBRE TRABALHO ABSTRATO

Em sentido geral, a obra de Rubin se destacou por fornecer uma chave de leitura de *O Capital* de Marx separada da noção de trabalho abstrato enquanto conceito fisiológico. Em suma, Rubin é crítico da ideia de que o dispêndio de trabalho *em geral*, como gasto de energia humana – fisiologicamente falando – produziria valor. Com isso, ele se contrapôs a uma tradição interpretativa russa, cujo principal expoente foi Aleksander Bogdanov (secundado por I. I. Stepanov). Tal interpretação “fisiológica” ou “energética” fez inclusive com que alguns bolcheviques, após estabelecido o poder soviético, propusessem contabilização econômica *em valor*, com base em gasto calórico de energia humana no processo de trabalho (o chamado “*ened*”, em russo). Contra isso, Rubin destacou a compreensão de que o *trabalho que produz valor* – trabalho abstrato – não contém nada de fisiológico; o valor só pode se expressar na economia capitalista, graças a uma das *formas sociais* desta, o valor de troca.

O trabalho abstrato, para Rubin, é uma categoria puramente social, vinculada à sociabilidade mercantil capitalista, que *conforma* o capitalismo. Para ele, assim como o valor não tem nada de fisiológico – “pode-se virar e revirar as mercadorias, nunca se encontrará nelas valor” (Marx, 1996, p. 282) –, também o trabalho que produz valor, o trabalho abstrato, não tem nada de fisiológico. O trabalho abstrato é uma categoria que provém da forma histórica determinada da produção capitalista. Eis como Rubin conceitua trabalho abstrato, no importante artigo “Trabalho abstrato e valor no sistema de Marx”:

como trabalho abstrato é designada aquela parte do trabalho social total que foi *igualada no processo de divisão social do trabalho por meio da equiparação dos produtos do trabalho no mercado* (Rubin, 2023, p. 235).

A tradição bogdanovista russa concebia trabalho abstrato como uma substância posta no ato concreto – identitário – de trabalho direto, do produtor imediato. Por isso, ela foi denominada de concepção “fisiológica” ou de “mecanicista” sobre o valor. Já a interpretação de Rubin valorizava a forma histórico-social e concebia trabalho abstrato como uma *substância relacional*, posta no momento de *equalização mercantil de dois produtos* do trabalho, ou seja, no ato de troca (compra e venda) de mercadorias. Por valorizar essa determinação histórica, ela foi chamada de “sociológica”.

⁵ No Brasil, desde o final de 2023, no Grupo de Pesquisa em História Econômica Soviética (GPHEs), também desenvolvemos a tradução da “resposta aos críticos de Rubin”, diretamente do russo.

Vale notar que, com tal compreensão, Rubin voltou-se conscientemente contra possíveis ambivalências ou imprecisões expressas pelo próprio Marx, como o conhecido trecho do capítulo 1 de *O Capital* onde o revolucionário alemão afirmou o seguinte:

Abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano. São apenas duas formas diferentes de despender força humana de trabalho (Marx, 1996, p. 173).

Ao criticar o próprio Marx, Rubin abriu caminho a uma linha interpretativa que aponta para possíveis ambivalências e contradições no autor de *O Capital*⁶.

A “INTRODUÇÃO” DE 1857 – BASE METODOLÓGICA PARA OS CRÍTICOS DE RUBIN

Os críticos de Rubin, que ora analisaremos, têm respaldo em determinadas frases e concepções de Marx, extraídas principalmente do manuscrito que ficou conhecido como “Introdução” [*Einleitung*] de 1857, jamais publicado pelo revolucionário alemão⁷. Essa introdução é hoje geralmente inserida em edições do manuscrito econômico de 1857/58, correntemente chamado de *Grundrisse*, ou, ainda, do livro *Para a Crítica da Economia Política*, de 1859. Entre outros trechos que veremos à frente, nessa introdução, Marx afirmou existirem “determinações comuns a todos os estágios de produção, fixadas como universais pela mente”. Essas determinações abstratas, comuns a todos os modos de produção, forneceriam “as assim chamadas condições gerais de toda produção”. É a ideia de que seria possível conceber a existência de um conceito de “produção em geral” (ou seja, independentemente da forma histórica determinada, do modo de produção específico a ser analisado). Claro, Marx faz ressalvas: “se é verdade que as categorias da economia burguesa possuem uma validade para todas as outras formas de sociedade, trata-se de uma verdade que deve ser aceita apenas *cum grano salis*” (Marx, 1976, p. 40). O autor usa aí o conceito aristotélico de *differentia specifica* para sugerir a maneira com que as formas particulares expressariam as “determinações mais gerais”. A pergunta centra-se, portanto, no caráter ontológico dessa possível “produção em geral”. O que ela seria, em si mesma? Um conteúdo geral que

⁶ A produção de autores vinculados à chamada “Nova Leitura de Marx” serve de exemplo da continuidade desse caminho.

⁷ A “Introdução” foi publicada em 1903, na revista *Die Neue Zeit*, por Kautsky. Desde então, ela tem sido referida como “Introdução a *Para a Crítica da Economia Política*” (ou seja, ao livro de Marx de 1859, com o referido nome, graças a uma rápida indicação em seu prefácio). Apesar de abandonada por Marx, ela determinou toda uma chave de leitura sobre método e dialética.

existe por si mesmo? Um conteúdo geral que assume diferentes formas, adaptando-se a cada forma social historicamente dada? A resposta não parece ser muito clara.

O problema da “produção em geral” é tão importante para Marx, em meados de 1857, que ele afirma, ao final do item III dessa “Introdução”, que a exposição geral de sua concepção – possivelmente dividida em cinco livros – deveria assumir a seguinte estrutura:

1) As determinações gerais abstratas que convêm, por isso, mais ou menos, a todas as formas de sociedade, porém no sentido exposto anteriormente. 2) As categorias constitutivas da articulação interna da sociedade burguesa, sobre as quais as classes fundamentais repousam. O capital, o trabalho assalariado, a propriedade fundiária. Suas relações recíprocas. A cidade e o campo. As três grandes classes sociais. O intercâmbio entre elas. A circulação. O crédito (privado). 3) A concentração da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerado na sua relação consigo próprio. As classes “improdutivas”. O imposto. A dívida do Estado. O crédito público. A população. As colônias. A emigração. 4) A relação internacional de produção. A divisão internacional do trabalho. A troca internacional. A exportação e a importação. O curso do câmbio. 5) O mercado mundial e as crises (Marx, 1976, p. 43)⁸.

Como se vê, à “produção em geral” caberia, grosso modo, o primeiro livro. O conceito supostamente permitiria uma reflexão trans-histórica sobre os modos de produção, sendo algo talvez similar ao que se costumou chamar – em manuais de “marxismo” – de materialismo histórico.

A CRÍTICA DE DASHKÓVSKI A RUBIN: TRABALHO ABSTRATO COMO INDIFERENÇA FRENTE AO TRABALHO

A posição de Dashkóvski foi apresentada no artigo “Trabalho abstrato e as categorias econômicas de Marx”, publicado na revista russa *Sob a Bandeira do Marxismo* [*Под знаменем марксизма*], em 1926.

No tema do trabalho abstrato, Dashkóvski se ampara na “Introdução” de 1857, de Marx. Contra Rubin – que sustentara que a teoria do fetichismo deveria ser uma propedêutica para o estudo da crítica da economia política –, Dashkóvski argumentou que as “determinações gerais abstratas” ou a “produção em geral” deveriam assumir tal função didático-introdutória. Para ele, esse primeiro ponto, concebido como um certo tratado de materialismo histórico, deveria ser uma “introdução obrigatória”, prévia à análise das categorias da articulação interna da sociedade burguesa. Para o crítico, as formas sociais

⁸ Cerca de um semestre depois, em carta de 22 de fevereiro de 1858 a Lassalle, Marx sugeriu que a sua obra seria dividida em seis livros, não mais cinco. Ele mudou de concepção em grande medida porque, no meio do caminho, redigiu boa parte do manuscrito que depois ficou conhecido como “*Grundrisse*”. Curiosamente, no plano comentado a Lassalle não havia mais um livro sobre a “produção em geral”, as “determinações gerais abstratas”.

deveriam ser “reduzidas” ao que haveria de comum entre todos os modos de produção. Ele lembra que em *O Capital* – capítulo V do livro 1 –, na discussão sobre o caráter teleológico do trabalho, Marx aludiu à ideia de “produção em geral”. O autor de *O Capital* supostamente se moveria de uma discussão técnico-material sobre os elementos de produção em geral para a discussão dos traços específicos do capitalismo. Isso caracterizaria, segundo Dashkóvski, o “método de Marx”.

Enfim, para Dashkóvski, o trabalho abstrato seria uma dessas categorias do “método de Marx”. Ele existiria em todas as épocas, mas só assumiria uma “realidade efetiva” na sociedade moderna, capitalista. De fato, Dashkóvski encontra sustentação na “Introdução” de 1857, na qual Marx afirma o seguinte, sobre trabalho abstrato enquanto “indiferença [do trabalhador] frente ao trabalho”:

A indiferença em relação a uma espécie determinada de trabalho pressupõe a existência efetiva de uma totalidade muito desenvolvida de espécies de trabalho, onde já nenhuma delas predomina sobre todas as outras. Assim, as **abstrações mais gerais** só surgem como tais no desenvolvimento concreto mais rico, onde o que é comum a muitos aparece como comum a todos. [...] A indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam facilmente de um trabalho a outro, tornando-se-lhes fortuita e, portanto, indiferente a espécie determinada de trabalho.

O trabalho, aqui, não está somente na categoria, **tornou-se uma realidade efetiva** como meio de criação da riqueza em geral e deixou de ser uma determinação vinculada a o que os indivíduos têm de peculiar. [...] Apenas ali [EUA], a abstração da categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho *sans phrase* [sem qualificações], ponto de partida da economia moderna, torna-se praticamente verdadeira. Assim, a abstração mais simples – que a Economia moderna coloca acima de todas e que exprime uma relação antiquíssima, **válida para todas as formas de sociedade** – somente se manifesta, porém, nessa abstração praticamente verdadeira, como categoria da mais moderna sociedade (Marx, 1976, pp. 39–40, grifos nossos).

Dashkóvski cria a ideia de que o trabalho abstrato seria uma categoria “histórico-condicional” [условно-историческим] da “produção em geral”. Tal trabalho existiria em todas as épocas, enquanto certa abstração fisiológica pensável, mas se efetivaria apenas na sociedade burguesa, onde se desenvolveria, pela primeira vez, a indiferença dos trabalhadores frente a seu trabalho, seja pela simplificação promovida pelas máquinas, seja pela alta rotatividade dos trabalhadores. Diz ele:

Trabalho abstrato não é uma categoria que constitui a estrutura interna da sociedade burguesa [referência ao item 2, dos 5, elencados por Marx e citados acima – R.P.]. Trabalho abstrato relaciona-se a todas as épocas, na medida em que é tomado como conceito, mas torna-se uma ‘verdade prática’ apenas em um estágio particular de desenvolvimento histórico. Tal categoria pode ser chamada de histórico-condicional (Dashkóvski, 2025, p. 188).

E sintetiza:

O conceito de trabalho abstrato se desenvolveu plenamente apenas com a produção mercantil, mas, por si só, relaciona-se a todas as épocas. Qual deve ser o seu conteúdo interno para que, mesmo que apenas nesse sentido limitado, ele possa se relacionar a todas as épocas? Precisamente este, que Marx nos fornece: trabalho como dispêndio de energia fisiológica em uma forma indiferente. (Dashkóvski, 2025, p. 190)

Não à toa, Dashkóvski conclui que o trabalho abstrato existiria também no comunismo e serviria para a contabilidade social planificada. Se a indiferença desenvolvida frente ao trabalho era determinante na sociedade capitalista, no comunismo – uma sociedade *baseada no tempo livre*, na relativa “libertação” frente ao tempo de trabalho – ela seria muito maior. Para o crítico, se no capitalismo a abstração do trabalho ocorre espontânea e inconscientemente, no comunismo ela operaria organizada e conscientemente. Assim, a categoria do trabalho abstrato não serviria para descrever (determinar) unicamente a sociedade capitalista, mas também a comunista.

A CRÍTICA DE SHABS A RUBIN: TRABALHO ABSTRATO COMO REALIZAÇÃO DA ESSÊNCIA HUMANA

A crítica de Shabs é expressa no livro com o seguinte longo título: *O problema do trabalho social no sistema econômico de Marx – crítica aos “Ensaio sobre a teoria do valor de Marx”, de I. Rubin* [Проблема общественного труда в экономической системе Маркса – критика «Очерков по теории стоимости Маркса» И. Рубина], publicado pela editora estatal de Moscou em 1928.

Para Shabs, na obra de Marx – particularmente, na “Introdução” de 1857 – haveria uma diferenciação fundamental entre os conceitos de “trabalho abstrato” e “trabalho econômico”. O trabalho, abstratamente concebido, existiria desde sempre; seria condição eterna do metabolismo humano com a natureza. Já o “trabalho econômico”, por sua vez, seria algo moderno, especificamente capitalista. Shabs vale-se desta passagem da “Introdução” de 1857:

O trabalho parece ser uma categoria muito simples. A noção de trabalho nesta forma universal, como trabalho em geral [abstrato, para Shabs – R.P.], é também tão antiga quanto as colinas. No entanto, considerado **economicamente** nesta simplicidade, ‘trabalho’ é tão moderno quanto as relações que dão origem a esta simples abstração (Shabs, 2025, p. 702, negrito nosso, tradução nossa).

Para Shabs, o equívoco de Rubin estaria numa identificação entre os conceitos de “trabalho abstrato” e “trabalho econômico”. Seria preciso compreender que o conceito de “trabalho (humano) abstrato” refere ao “homem” genérico (em sua eterna relação metabólica com a natureza etc.), ao passo que o “trabalho econômico” seria uma atualização ou manifestação históricas desse conceito abstrato *no capitalismo*. A concepção de Shabs pressupõe, portanto, uma “essência humana” (isto é, ela é ontológica e, especificamente, antropológica). Trata-se de mostrar como a essência trans-histórica “humana” passa à forma social específica (manifesta-se, concretiza-se). Para isso, Shabs ampara-se também na noção aristotélica de *differentia specifica*⁹.

Armado de sua concepção ontológica, Shabs “demonstra” essa manifestação do trabalho abstrato por meio da comparação entre a sociedade capitalista e sociedades anteriores (“sociedades de tipo antagônico”, ou seja, com lutas de classes, mas baseadas na “dependência social”). Particularmente, o seu exemplo é a sociedade escravista da antiguidade. Ele recupera a ideia de que o produtor direto – o escravo –, nessa sociedade, era apenas um instrumento que fala, o *instrumentum vocale*. Assim, o produtor direto era somente *um dos fatores de produção*, ao lado dos demais elementos/instrumentos objetivos. O trabalhador direto *não adquiria ainda um traço humano próprio*, separado e oposto aos demais elementos naturais de produção. O elemento “humano” do trabalho (apesar de sempre pressuposto), não se manifestaria nesse tipo de sociedade do passado.

Já na sociedade capitalista a situação seria diferente; haveria essa aparição do “humano”:

Aqui [no capitalismo] o *indivíduo social* aparece não como o *res vocale* da sociedade escravista, não como uma ferramenta para a obtenção de produtos, mas na plena significação de um sujeito social, formalmente, isto é, *abstratamente ilimitado em sua autonomia*, liberto de ‘conexões naturais’ e, portanto, contraposto deste ponto de vista à natureza restante. *Em correspondência com esta natureza social do produtor na sociedade produtora de mercadorias, determinada pela forma social específica da produção, o trabalho também, em seu significado como trabalho social, este fenômeno econômico mais importante, aparece em sua expressão autônoma, puramente humana, abstrata, em contraposição a todos os fatores restantes do processo de produção como elementos da natureza* (Shabs, 2025, p. 678, itálicos originais, tradução nossa).

Por esse motivo, a concepção de Shabs é totalmente inversa à de Rubin no tema da “*forma do valor*”. Esta não seria – como para Rubin – uma expressão necessária e fetichizada, promovida pelas trocas econômicas de *coisas*, numa sociedade de produtores privados que intercambiam os seus produtos. Para Shabs, a *forma do valor* não seria o valor de troca que os produtos do trabalho assumem

⁹ Shabs tenta relacionar – a meu ver sem sucesso – esse conceito à concepção hegeliana de “identidade da identidade e da diferença”.

objetivamente graças ao mercado. Para ele, a *forma do valor* seria dada pelo aspecto reificado em que o trabalho *livre* se expressa no capitalismo, à diferença do trabalho escravo. O tema do fetichismo e da forma do valor assumem, em Shabs, um significado completamente diferente:

Consequentemente, a circunstância de que nas condições da economia de mercadorias a relação social do trabalho, ou a relação do trabalho social, da substância social por excelência, assuma no processo social uma expressão material, fetichizada, só pode aparecer como uma expressão derivada, externa, do ‘*movimento da sociedade humana*’ como tal. A forma material do movimento da sociedade expressa a natureza *não das coisas*, como isto já é evidente, mas das pessoas como produtores sociais, ou melhor, de seu trabalho; a *forma do valor* representa assim a forma material da expressão do trabalho social, o valor torna-se o ‘modo universal de expressão do trabalho humano’ [...] (Shabs, 2025, p. 678, grifos nossos, tradução nossa).

Em suma: Shabs supõe a existência de um ser humano em geral e de um trabalho humano em geral (como essências trans-históricas); em seguida, considera que esse trabalho humano abstrato ganharia forma – se diferenciaria na essência genérica – pela primeira vez no capitalismo, pois só então o trabalhador direto não seria propriamente fator técnico-material da produção, mas um indivíduo livre, abstratamente humano.

Em sua resposta a Shabs, Rubin, entre outras coisas, sustentou que o erro adviria da concepção ingênua sobre o ser e a natureza “ontológica” do homem. Ao basear-se nisso – aliás, analogamente ao que ocorrera com Dashkóvski –, Shabs tornava-se incapaz de explicar o que diferenciaria as sociedades capitalista e socialista, pois em ambas se manifestaria esse tal “homem” abstrato.

A CRÍTICA DE COHN: TRABALHO ABSTRATO COMO ABSTRAÇÃO NO PENSAMENTO

Em sua crítica à “escola de Rubin” – no artigo “Algumas observações aos meus críticos, à luz da teoria de Marx” [*Некоторые замечания моих критиков в свете Марксовой теории*], publicado no *Bulletin of the Communist Academy*, 1928 –, Aleksander Cohn também se baseou na “Introdução” de 1857 de Marx. Segundo ele, o revolucionário alemão teria suposto o fenômeno do valor como uma “abstração do pensamento”, antes de passar à exposição das características do valor (sua forma e seu conteúdo). Eis como se expressa, partindo de uma pergunta retórica:

Constrói ele [Marx] a sua teoria do valor sem partir diretamente da redução objetiva do trabalho concreto em abstrato e do trabalho privado em social – compreensão que é possível apenas com base no entendimento do valor e de sua forma –, mas partindo da redução, *no pensamento*, de diferentes tipos de trabalho

a trabalho homogêneo? Aqui Marx faz uso do método que ele mesmo caracterizou em sua “Introdução” [de 1857] à *Crítica* [da economia política]. Ele reduz *no pensamento* uma mercadoria concreta, que representa a unidade de valor de uso e valor, a uma mercadoria abstrata, que não é outra coisa senão ‘congelamento de trabalho’. Ele reduz *no pensamento* o trabalho reificado nesse congelamento a trabalho simples abstrato, o qual aparece, assim, como produto de uma abstração *no pensamento*. É precisamente essa abstração que lhe serve de ponto de partida para a ascensão do abstrato ao concreto (Cohn, 2025, p. 722, tradução nossa).

Em seguida, Cohn aplica tal método de “ascensão do abstrato ao concreto” ao tema do trabalho abstrato:

Chegando à categoria de trabalho abstrato por meio de uma *abstração no pensamento* a partir das qualidades concretas da mercadoria e do trabalho que a cria, e tendo estabelecido assim essa propriedade geral que todas as mercadorias possuem, Marx inicia ‘o caminho inverso’, o caminho da reprodução no pensamento do concreto. Ele complica o conceito de trabalho abstrato ao incluir nele o conceito de trabalho socialmente necessário e passa imediatamente ao valor, que aparece, por ora, apenas como um congelamento, um cristal da quantidade socialmente necessária de trabalho simples abstrato. Assim, ainda em transição para o caminho da ‘ascensão do abstrato ao concreto’, Marx enfatiza [etc.] (Cohn, 2025, p. 723, tradução nossa).

Para Cohn, o trabalho *abstrato*, na sociedade mercantil, seria duplo. Ele seria abstrato como “trabalho vivo” e abstrato como “trabalho reificado” ou “trabalho social abstrato”. O primeiro seria a abstração no pensamento, uma “categoria lógica” e a-histórica (derivada do fato de se *pensar* o trabalho em geral, sem predicções). O segundo seria propriamente a abstração “social”, criada no ato de troca mercantil¹⁰. O autor argumenta:

O conceito de trabalho vivo abstrato só pode ser obtido como resultado de uma abstração no pensamento a partir das propriedades concretas do trabalho, e pode representar apenas uma categoria lógica e não econômica. Essa categoria não é histórica. Mas por que o trabalho abstrato, que não forma valor em outras formações sociais, forma-o na sociedade de troca? (Cohn, 2025, p. 725, tradução nossa).

Sintetiza:

Se a redução do trabalho concreto em trabalho abstrato como processo pode ser alcançada apenas como uma redução *no pensamento*, a redução do trabalho concreto em trabalho social abstrato é realizada não apenas na mente do

¹⁰ Por esse motivo, Rubin afirma que Cohn concebe um caráter “tríplice” do trabalho, onde Marx apenas concebera um caráter duplo (abstrato e concreto).

pesquisador, mas também objetivamente, no processo de equiparação dos produtos de diferentes tipos concretos de trabalho entre si. Essa redução objetiva do trabalho concreto em trabalho abstrato é realizada apenas na sociedade de troca (Cohn, 2025, p. 725, tradução nossa).

Como se nota, Cohn foi obrigado a se referir, de forma embaraçada, à concepção de Rubin sobre o papel do mercado na manifestação do trabalho abstrato, entrando em contradição com a ideia de que o trabalho abstrato seria uma categoria fisiológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os críticos de Rubin buscaram de diferentes formas manter a concepção de que o trabalho abstrato teria caráter fisiológico. O mais consistente dentre eles foi Dashkóvski, por não referir tal abstração ao processo conformador do mercado. Como vimos, ele se focou na indiferença do trabalhador frente a seu trabalho, portanto a algo que ocorre apenas na esfera de produção. Shabs e Cohn, no entanto, na medida em que deram certa importância ao mercado na conformação do trabalho abstrato – enquanto “trabalho econômico” ou “trabalho reificado” –, adaptaram-se relativamente à escola de Rubin. No caso deles, Rubin foi capaz de demonstrar meticulosamente, com lógica implacável, suas contradições, a ponto de nada restar das suas argumentações.

A posição dos três críticos se voltava a questionar a importância dada por Rubin à esfera da circulação mercantil na conformação das categorias da sociedade capitalista. Seja criado pela indiferença, seja essencialmente “humano” ou “trabalho vivo”, o trabalho abstrato, para eles, vincular-se-ia antes de tudo ao ato direto de produção. No fundo, a argumentação dos três visava a sustentar que Rubin sobrevalorizava a esfera da circulação capitalista, e, por isso, seria “circulacionista”. Rubin supostamente estaria sob influência das escolas subjetivistas e marginalistas (burguesas) na teoria do valor. Na medida em que “desprezava a produção”, a teoria dos *Ensaio*s supostamente serviria para esconder a exploração capitalista no processo de trabalho (sobretudo em países capitalistas).

Como resposta, Rubin reafirmou que, em sua concepção, a circulação *dá a forma específica das categorias capitalistas*, portanto, caracteriza a sociedade atual. Ele conscientemente *não estava interessado em explicar a exploração do trabalho* (pois ela quase sempre existiu, em sociedades anteriores), mas sim em explicar *por que tal exploração assume a forma do valor e do mais-valor (capital) na sociedade moderna*.

Além disso, Rubin – sobretudo contra Shabs – rebateu as afirmações de que o trabalho abstrato seria imediatamente social no processo de produção. Que o trabalho tinha já na produção certos traços

sociais, dizia ele, isso era óbvio (afinal, era trabalho realizado em sociedade). Que na produção o capitalista já tinha de considerar a produtividade média dos seus concorrentes, e, portanto, era estrangulado por elementos sociais, isso também era evidente. Que o processo de trabalho era condicionado pela obtenção do trabalho excedente (na forma do mais-valor), isso era sabido. Mas *nada disso significava que o trabalho fosse imediatamente social na produção*. Para tornar-se social, o trabalho dependeria sempre da *mediação* operada pelo mercado. Na produção, o trabalho seria apenas *potencialmente social*. Assim, Rubin tentava pensar a *reprodução capitalista* como algo que jamais apagava o eixo *privado*, em torno do qual ela gira e que impõe uma *forma* específica de socialização.

Ao valorizar o problema da *forma social* e secundarizar o elemento técnico-material da produção direta (o caráter fisiológico do trabalho), a escola “sociológica” da teoria do valor, liderada por Rubin, buscava alterar o foco do debate econômico soviético, deslocando-o das forças produtivas (e seu aspecto técnico-material) às relações sociais de produção. Isso, no entanto, desagradava cada vez mais a burocracia soviética, interessada mais e mais apenas na planificação para o aumento das forças produtivas do trabalho. O debate sobre a *forma social*, por sua vez, apontava para o problema do domínio consciente dos produtores diretos sobre os elementos de produção.

REFERÊNCIAS

COHN, Aleksander. Some observations of my critics in the light of Marx's theory. In: RUBIN, Isaak Ilyich. *Essays on Marx's Theory of Value* (conceived as a variorum edition) (Série Historical Materialism). Tradução e edição de Susumu Takenaga. Leiden/Boston: Brill, 2025.

DASHKÓVSKI, Isaak. Trabalho abstrato e as categorias econômicas de Marx. *Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS*, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 181–210, 2025. DOI: 10.55028/eleu.v9i16.24024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/24024>. Acesso em: 26 jun. 2026.

MARX, K. Einleitung zu den „Grundrissen der Kritik der politischen Ökonomie“. In: *MEGA² II 1.1*. Band 1. Berlin: Dietz Verlag Berlin, 1976.

_____. *O Capital* (Coleção Os Economistas). Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PADIAL, Rafael de Almeida; MELO, Ricardo Pereira de. Marx, Rubin e o debate soviético sobre trabalho abstrato. *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, v. 17, p. e1293, 2026. DOI: 10.36592/opiniaofilosofica.2026.v17.1293. Disponível em: <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/1293>.. Acesso em: 26 jun. 2026.

PADIAL, Rafael de Almeida. Isaak Rubin – vida, obra e legado do economista soviético. *História Econômica & História de Empresas*, [S. l.], v. 29, n. 1, 2026. DOI: 10.29182/hehe.v29i1.1095. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/1095>. Acesso em: 26 jun. 2026.

RUBIN, Isaak. Trabalho abstrato e valor no sistema de Marx. *Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS*, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 222–261, 2023. DOI: 10.55028/eleu.v8i14.17729. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/17729>. Acesso em: 26 jun. 2026.

_____. *Essays on Marx's Theory of Value* (conceived as a variorum edition) (Série Historical Materialism). Tradução e edição de Susumu Takenaga. Leiden/Boston: Brill, 2025.

SHABS, S. The problem of social labour in Marx's economic system – A critique of 'Essays on Marx's Theory of Value' by I. Rubin. In: RUBIN, Isaak Ilyich. *Essays on Marx's Theory of Value* (conceived as a variorum edition) (Série Historical Materialism). Tradução e edição de Susumu Takenaga. Leiden/Boston: Brill, 2025.